

A EXPERIÊNCIA DE UM CURSO TÉCNICO EM ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA: IMPLANTAÇÃO E DESAFIOS

Camila Pereira Lisboa¹; Rosilene Siray Bicalho²

Resumo

Este artigo descreve a experiência da oferta do curso Técnico em Orientação Comunitária no Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (Coltec – UFMG), subsidiado pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Esse foi o primeiro curso técnico ofertado pelo Coltec na área social. Veremos alguns desafios que se apresentaram no percurso, desde a necessidade de adaptação de horários e métodos às especificidades dos alunos, até a necessidade de problematizar algumas ideias gerais sobre o que é o trabalho que impacta na vida comunitária. Dos desafios, resultaram grandes aprendizados. Dos aprendizados, vigora o desejo de continuar zelando pela qualidade da formação oferecida pelo curso e pelos impactos sociais positivos que podem advir dele.

Palavras-Chave: Técnico em Orientação Comunitária, Pronatec, Coltec

Abstract

This article describes the experience of the offer of the Technical Course in Community Orientation in the Technical College of Federal University of Minas Gerais (Coltec - UFMG), subsidized by the National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec). This was the first technical course offered by Coltec in the social area. We will see some challenges that presented themselves along the way, from the need to adapt schedules and methods to the specific requirements of the students, to the need to discuss some general ideas about what is the work that impacts on community life. The challenges resulted in great learning. Of learning, the desire to continue ensuring the quality of training offered by the course and the positive social impacts that may arise from it.

Keywords: Technical in Community Orientation, Pronatec, Coltec

1 Convite à Experiência

Neste material, iremos ao encontro do relato de uma experiência: desde a sua proposição, passando pelos desafios do percurso e culminando nas necessárias adaptações dos processos à realidade do contexto. Estamos falando da oferta do curso Técnico em Orientação Comunitária do Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (Coltec-UFMG), mas bem poderíamos estar descrevendo uma experiência com comunidades, onde elas mesmas traduzem em planejamento e ação autônomos aquilo o que antes não passava de um projeto na cabeça do trabalhador comunitário. Se da teoria à prática, do projeto à ação, muitas transformações são exigidas pelo caminho, a formação do orientador comunitário não poderia ser diferente. Acompanhemos essa

¹ Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Brasil; E-mail: milalisb@gmail.com.

² Doutora em Parasitologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, professora do Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (COLTEC); E-mail: rosilene@coltec.ufmg.br.

história, ainda em curso, que nos aponta para novas possibilidades de construir um método mais próximo do que exige a prática comunitária, considerando que a vivência dessa prática deve ser contemplada pela formação do profissional que atua em tal contexto.

Nosso percurso se inicia no Colégio Técnico da UFMG. O Coltec nasceu em 1969, ofertando Cursos Técnicos regulares nas áreas de Patologia Clínica (hoje Análises Clínicas), Instrumentação Industrial (hoje Automação Industrial), Eletrônica e Química. Atualmente, oferece também o Curso Técnico em Informática. Os docentes da escola atuam como coordenadores ou participantes em cursos de formação de professores da Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos, projetos de pesquisa nas diferentes áreas técnicas e básicas e projetos de extensão com importantes intervenções em comunidades³. Em se tratando dessas intervenções, vigora a ideia de que a habilitação técnica em cursos das ciências exatas e biológicas deve incluir a visão dos inevitáveis impactos sociais que esse tipo de atuação evoca. Os alunos são desafiados a transformar seus conhecimentos em intervenções que contribuam para o desenvolvimento local de comunidades.

Em 2013, o Colégio Técnico aderiu ao Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Assim, ampliou sua oferta de cursos e aceitou um grande desafio: oferecer o curso Técnico em Orientação Comunitária. Era preciso uma nova matriz curricular, uma equipe de professores específica para abordar as temáticas do curso, um planejamento que incluísse outras práticas de intervenção comunitária, enfim, todo um novo conhecimento na operacionalização de um curso diferente daqueles até então oferecidos pelo Coltec. Desafio aceito, acompanhemos um pouco dessa história, e quais os principais desenlaces transcorridos 18 meses desde o início dessa formação.

Percebemos que os desafios que compuseram a trajetória, anunciados no título deste trabalho, antes de constituírem entraves para a execução do curso, apontaram para novas maneiras para (re)construir sua proposta inicial, de modo a adaptá-la às especificidades dos alunos e às exigências dos conteúdos abordados – dentro e fora da sala de aula. Eis um processo repleto de grandes aprendizados. Seguimos a compartilhá-los, na certeza de que essa narrativa pode contribuir para um interessante intercâmbio de

³ Destacam-se as práticas nas comunidades de Caparaó, Alto Caparaó, Morro Alto e São Bartolomeu (todas no Estado de Minas Gerais), orientadas pelo Prof. Marcos Antonio Nicacio, onde já podem ser constatados impactos positivos na vida dessas comunidades.

experiências, parte desse processo aberto e sempre mutável de construção conjunta do conhecimento.

2 Como Tudo Começou

Antes de falar sobre o Técnico em Orientação Comunitária, é preciso situá-lo na política nacional que o propõe: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. O Pronatec foi instituído no ano de 2011, sob a Lei de nº 12.513, “com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira” (Lei 12.513/11). Dentre seus principais objetivos estão a expansão da oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional⁴ gratuitos, visando a geração de emprego, trabalho e renda para os alunos desses cursos, mas também para suas famílias. Não por acaso o público-alvo prioritário do Pronatec são os beneficiários dos Programas Federais de Transferência de Renda, asseguradas também vagas para indígenas, quilombolas, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e pessoas inscritas no Cadastro Único⁵.

Embora o Pronatec tenha sido regulamentado no governo da Presidente Dilma Rousseff, é possível identificá-lo como a continuidade de uma política emergencial para possibilitar a inclusão no mercado de trabalho formal. De fato, principalmente a partir da década de 90 no Brasil, notou-se um expressivo aumento da terceirização, informalidade, subemprego e da substituição da mão-de-obra operacional pelo trabalho das máquinas. Dentre as causas desse quadro, é possível citar a expansão da globalização e da adesão do Brasil à política internacional de liberalização econômica, onde o Estado possui intervenção mínima na economia de livre concorrência em meio ao mercado externo. As consequências desse tipo de política atingiram o Brasil de modo nefasto, considerando a baixa qualidade da educação pública no país, a desqualificação da mão-de-obra e uma consequente incapacidade do profissional médio brasileiro acompanhar as novas exigências do mercado, que agora é um mercado internacional (SINGER, 1998; HORTA; AUGUSTO, 2001; VIEIRA, 2005).

⁴ Os cursos técnicos do Pronatec possuem carga horária mínima de 800 horas, enquanto os cursos de qualificação profissional – também denominados de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) – são mais breves, com carga horária mínima de 160 horas.

⁵ O CadÚnico é um instrumento do Governo Federal para cadastramento de famílias de baixa renda (renda igual ou inferior a meio salário mínimo *per capita* ou até três salários mínimos de renda familiar mensal). O objetivo é obter um diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, assegurando ainda benefícios eventuais para aquelas em situação de vulnerabilidade social, ainda que não estejam dentro dos critérios para receber o Bolsa Família (Ex: Isenção de taxas para inscrição em concursos públicos, descontos em contas de água e luz, cadastramento no Programa Minha Casa Minha Vida, dentre outros).

As novas exigências do mercado de trabalho formal absorvem apenas uma pequena parte da população - qualificada e de boa formação educacional, não raro proveniente das classes média/média alta. É esse grupo que cumpre com as exigências competitivas internacionais para cargos não operacionais: boa expressão verbal e escrita, domínio de um segundo idioma, qualificação educacional e profissional etc. Enquanto isso, grande parte da população brasileira continua ocupando cargos “braçais” e não estratégicos para as empresas no mercado de trabalho formal. Nessas atividades, o trabalhador é facilmente substituível e obtém uma renda que, em geral, é suficiente apenas para assegurar-lhe a sobrevivência, restando pouco para ser investido em qualificação, algo que lhe facilitaria quebrar esse ciclo. Como resultado, muitas pessoas optam pelo trabalho informal, uma melhor opção a curto prazo para obtenção de renda e desoneração dos encargos trabalhistas devidos ao Estado. O ciclo continua através das gerações, onde famílias pobres não têm condições para oferecer a seus filhos melhores condições de qualificação e desenvolvimento profissional.

Soluções paliativas foram encontradas através de políticas como o Bolsa Família, um auxílio destinado a ajudar no sustento de famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Embora o Programa seja apontado como um dos principais responsáveis pela redução da extrema pobreza no Brasil (CAMPELLO; NERI, 2013)⁶, ele ainda não é suficiente para viabilizar o investimento familiar em qualificação profissional.

Mesmo que políticas compensatórias como o Bolsa Família sejam classificadas pelo Estado como um benefício eventual (emergencial), é possível notar sua incorporação como parte da renda familiar em muitos casos, o que exige a elaboração de outras políticas governamentais que estimulem a verdadeira emancipação da família, de modo a desvinculá-la do benefício. A família ganha com sua emancipação e aumento de sua renda *per capita*, além de desonerar o Estado.

Seguindo essa lógica, foram criados os Programas de Geração de Emprego e Renda, com três vertentes principais: políticas de caráter compensatório, a exemplo do seguro-desemprego; políticas de crédito em diferentes setores produtivos, com o intuito de estimular novas contratações; e políticas governamentais de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho (SERRA, 2010). Tais Programas articulam-se com outras políticas do Estado. Um exemplo foi a oferta de cursos de qualificação na área da

⁶ O critério adotado é o aumento da renda familiar para além do limite da extrema pobreza: R\$ 77,00 de renda *per capita*.

construção civil, a fim de capacitar profissionais para atuarem nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) através do Plano Setorial de Qualificação Profissional (Planseq), instituído em 2008. Três anos antes do Pronatec, o PLANSEQ também definia como público prioritário os beneficiários do Bolsa Família ou inscritos no CadÚnico. Ambos os Programas amparam-se na qualificação como base para o encaminhamento ao mercado de trabalho, em parceria com o Sistema Nacional de Emprego (SINE). Além disso, ambos anunciam a necessidade de metodologias pedagógicas adaptadas a um público diverso, incluindo pessoas de baixa escolaridade, ou de escolaridade precária, há muitos anos distantes da sala de aula (MDS, 2014).

Concentremo-nos no Pronatec, mais especificamente nos cursos técnicos, onde se enquadra o curso Técnico em Orientação Comunitária, objeto do nosso trabalho. Os matriculados têm direito à total gratuidade do curso (denominada pelo Governo Federal como Bolsa-Formação), a incluir o repasse mensal ao aluno de uma ajuda de custo para auxiliar em seu deslocamento. A habilitação técnica ofertada pelo Pronatec contempla egressos do ensino médio (curso técnico na modalidade subsequente, chamada de “Bolsa-Formação Trabalhador”, voltada a jovens acima de 18 anos), e também aqueles com o ensino médio em curso (técnico concomitante, com direito à “Bolsa-Formação Estudante”, para pessoas acima de 16 anos). Ao todo, são 220 opções de cursos, distribuídos em 13 eixos tecnológicos.

2.1 O Técnico em Orientação Comunitária no Coltec

O Técnico em Orientação Comunitária do Coltec é um curso subsequente, da modalidade “Bolsa-Formação Trabalhador”, voltado a pessoas acima de 18 anos. Ele pertence ao eixo “Desenvolvimento Educacional e Social” e tem como principal objetivo “a integração do indivíduo na sociedade, bem como melhoria de sua qualidade de vida” (MEC, 2012, p. 45). Vejamos sua descrição tal como proposta pelo Ministério da Educação:

Auxilia e apoia a organização de grupos de interesse na comunidade, colaborando em ações de cultura e desenvolvimento local. Atua também em diferentes temáticas (meio ambiente, turismo, trabalho e renda, saúde, educação, esporte e lazer). Trabalha sob supervisão de profissional de nível superior da área social, contribuindo para o desenvolvimento de lideranças comunitárias. Participa, ainda, de campanhas educativas. Colabora na integração da comunidade com suas escolas, articulando e promovendo ações de aproximação positiva entre elas. (MEC, 2012, p. 48)

Desta breve descrição, é possível notar que as possibilidades de atuação do orientador comunitário são muito abrangentes. Essa prática pode acontecer em escolas, hospitais, instituições públicas ou privadas, organizações não governamentais ou outros locais que necessitem de agentes para o planejamento execução e/ou avaliação de ações que impactam na vida social e comunitária como um todo, bem como na interlocução entre os indivíduos e seus ambientes sociais.

Vale ressaltar que o Técnico em Orientação Comunitária é o único curso do Pronatec executado pelo Coltec que pertence a tal eixo tecnológico. Aqui, encontramos um primeiro desafio: assegurar a qualidade na oferta de um curso da área social, sendo que a *expertise* geral da instituição está mais voltada para as áreas da saúde e das ciências exatas. Embora já desenvolvendo atividades de Extensão no campo social, era necessário contratar uma equipe exclusivamente dedicada ao novo curso em formação. Além disso, era preciso elaborar um novo Projeto Pedagógico, contemplando as indicações oferecidas pelo Ministério da Educação (MEC) sobre os conteúdos a serem abordados no curso. Outras providências deveriam ser tomadas: contratar profissionais com formação teórica e prática nos conteúdos a serem ministrados, pesquisar possíveis locais para as atividades extra-classe, providenciar uma estrutura física adequada às exigências do curso etc. Ao invés de recuar diante de tais desafios, o Coltec resolveu buscar soluções para cada uma dessas exigências⁷.

A essa época, foi contratada a supervisora do curso, autora este artigo. Até o momento, eu não tinha contato algum com os profissionais do Coltec, embora acumulasse experiência na atuação do Pronatec em outra instituição, além de desenvolver pesquisas, trabalhar como docente e em projetos comunitários. Candidatei-me ao edital público para seleção de supervisores – além da análise curricular e das entrevistas, foi proposto o grande desafio de elaborar uma proposta para a matriz curricular do Técnico em Orientação Comunitária, incluindo a indicação de bibliografias básicas para cada módulo letivo. Essa matriz serviu de base para a elaboração do Projeto Pedagógico do curso, a contemplar outros módulos, mais específicos à formação: (1) Políticas Públicas e Movimentos Sociais no Brasil; (2) Psicologia Social Comunitária; (3) Desenvolvimento Sustentável Aliado à Geração de

⁷ A Profa. Rosilene Siray Bicalho, Coordenadora Geral do eixo tecnológico “Ambiente e Saúde” do Pronatec, foi a responsável pela seleção inicial da equipe de profissionais do curso: supervisor, professores, apoios técnicos e administrativos. Ressalta-se ainda o grande suporte acadêmico oferecido pelo Prof. Marcos Antonio Nicacio, docente do Coltec e Supervisor do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde pelo Pronatec.

Emprego, Trabalho e Renda para a Comunidade; (4) Educação Popular; (5) Comunicação Social Comunitária; (6) Elaboração de Projetos Comunitários; (7) Estágio Curricular. Ao todo, o curso possui uma carga horária total de 980 horas, incluindo a formação teórica mínima proposta pelo MEC e horas de Estágio envolvendo atividades práticas pertinentes à formação.

À mesma época, foram selecionados os professores a lecionarem no Módulo Introdutório⁸: Matemática Básica, Português Básico e a disciplina “Aprender a Fazer”⁹. Além deles, foram escolhidos os apoios técnicos e administrativos - profissionais de suporte essencial a todos os cursos do Pronatec. No caso do Técnico em Orientação Comunitária, sua equipe técnica de apoio¹⁰ era compartilhada com outros cursos pertencentes ao mesmo pólo de atuação: o município de Betim (MG), localizado a cerca de 30 km de Belo Horizonte.

Betim foi o único dentre os municípios mineiros que solicitaram o Técnico em Orientação Comunitária ao Coltec na época. O local escolhido para as aulas foi a Escola Pública Municipal Raul Saraiva, no Centro do município. Este espaço foi cedido pela Prefeitura de Betim, a partir da negociação travada pelo supervisor de pólo contratado pelo Coltec. Os professores dos módulos específicos foram selecionados posteriormente pela supervisora do curso, através de edital, incluindo a avaliação técnica de currículo (formação e experiências profissionais) e entrevista de candidatos.

As matrículas do Técnico em Orientação Comunitária registraram cerca de 30 interessados, sendo que apenas 13 efetivamente iniciaram as aulas. Destes, 11 pessoas se mantiveram ao longo da formação. Os alunos que não iniciaram o curso foram contatados por telefone e quase todos justificaram que o horário das aulas (noturno) seria incompatível com suas outras atividades – ou já trabalhavam à noite ou tinham encontrado um emprego após a inscrição no curso. Esse também foi o motivo da evasão

⁸ O Módulo Introdutório é comum a todos os cursos técnicos do Pronatec ministrados pelo Coltec. Embora as matérias que o compõem sejam as mesmas, elas buscam contemplar as necessidades de formação de cada curso, com conteúdos adaptados a cada um deles.

⁹ A disciplina “Aprender a Fazer” aborda conteúdos gerais voltados ao desenvolvimento pessoal e profissional, buscando proporcionar reflexões sobre o conhecimento técnico e a prática da profissão: Letramento, Competências Comportamentais, Inteligências Múltiplas e o Programa 5S são alguns exemplos de conteúdos abordados.

¹⁰ Além da equipe técnica lotada dentro do Coltec, compartilhada por todos os cursos do Pronatec ofertados pelo Coltec (Áreas Administrativa, Acadêmica, Financeira, de Logística e de Apoio Administrativo), merece destaque a equipe técnica lotada no próprio município de Betim: Alexandre Lery (Supervisor de Pólo) e Ana Paula Ribero (Apoio Administrativo), que ofereceram suporte essencial às atividades executadas no local do curso (pedagógicas, operacionais, de logística etc.), garantindo a efetividade das mesmas.

dos dois alunos ao longo da formação: a dificuldade de compatibilizar o horário das aulas com o horário do emprego que conseguiriam após as aulas terem iniciado.

Primeiros desafios vencidos, tínhamos então uma equipe inicial formada, um Projeto Pedagógico, a estrutura física para a execução das aulas e, é claro, os alunos a comporem a formação. Caminhemos então para a segunda etapa da nossa trajetória.

3 Os Primeiros Passos

3.1 Afinal, o que é o Técnico em Orientação Comunitária?

Iniciadas as aulas, surgiu uma questão difícil de ser ignorada: o não conhecimento dos alunos sobre o que é, afinal, o curso Técnico em Orientação Comunitária. Criado no ano de 2013 pelo MEC, não existe ainda uma visão socialmente difundida sobre o que é o profissional que atua como orientador comunitário. Logo nas primeiras aulas, os alunos faziam muitas perguntas referentes ao que era o curso, expressando grande preocupação sobre o mercado de trabalho onde poderiam atuar depois que se formassem. Diante disso, identificamos a necessidade de incluir nas aulas a discussão sobre a matriz curricular do curso e sobre temas centrais na formação, como as pessoas em seu relacionamento com as comunidades das quais fazem parte. Era importante refletir também sobre as possibilidades de intervenção do orientador comunitário, de modo a desenvolver um olhar pautado no conhecimento técnico do curso, mas também na necessária atenção às peculiaridades de cada contexto de atuação.

Num primeiro momento, emergiram discussões sobre o que é uma “comunidade”. Aqui, constatamos uma forte associação entre “comunidades” e “comunidades pobres”, onde atuam alguns profissionais com uma forte tendência assistencialista. Num trabalho conjunto com as outras matérias do curso, a matéria de “Políticas Públicas e Movimentos Sociais no Brasil” agregou reflexões sobre a diferença entre assistencialismo e o trabalho para assegurar que uma comunidade e seus membros tenham acesso a direitos assegurados por políticas públicas, muitas delas criadas a partir de processos de pressão ou participação social.

Algumas ideias sobre comunidade precisavam ser abordadas. Discutidas criticamente, essas ideias estariam então abertas a serem reelaboradas para além do que o senso comum propõe sobre o que é uma comunidade. Vejamos alguns exemplos.

Em primeiro lugar, era preciso considerar “comunidade” como um lugar de partilha de valores materiais e simbólicos, compondo um estilo de organização social,

um modo de vida próprio, para enfrentar as questões do cotidiano. Considerando o critério econômico, existem então “comunidades ricas” tal qual existem “comunidades pobres”, ambas compondo a dinâmica da vida social. Embora a atuação do orientador comunitário seja mais comum em políticas públicas criadas para atender a um público vulnerável econômica e socialmente, a relação entre este e outros grupos é indispensável para compreender a complexa cadeia da desigualdade social que compõe, dentre outras, a realidade brasileira.

Era necessário também repensar uma idealização que descreve a “comunidade” como um lugar harmônico, onde os seus membros convergem para preservar os valores e a cultura comunitária, visando o bem comum e a evolução de todos. Em muitas situações, ignora-se que este também pode ser um lugar de tensões e discordâncias, um lugar ambivalente por excelência, de árdua negociação entre os valores comunitários e as preferências individuais (BAUMAN, 2003). Além disso, o mundo atual propõe novas formas de organização comunitária, não apenas pautadas no parentesco ou na vizinhança física, e sim na ideia de redes. Hoje, um novo conceito de “comunidade” emerge da relação entre sujeitos que se comunicam virtualmente, algo possibilitado pelos meios de comunicação modernos, em especial a internet (COSTA, 2005).

Para as intervenções em comunidades marcadas pela exclusão social, era preciso ainda problematizar o que é “exclusão” e quais os seus impactos. Nessa discussão, percebeu-se a ideia de exclusão fortemente associada à pobreza, desconsiderando outras formas de exclusão – material e simbólica – da vida social. Os próprios critérios para classificar uma comunidade como pobre economicamente precisava ser questionada, dada a constatação da ineficácia dos indicadores nacionais para captarem as características relativas, multidimensionais e dinâmicas da pobreza¹¹.

Em paralelo a algumas das discussões aqui descritas, era importante também reforçar a certeza de que o conhecimento técnico adquirido no curso não deve ter a pretensão de se sobrepor à autonomia comunitária na construção de saberes e estratégias próprias para seu desenvolvimento. Ao contrário, o papel do orientador comunitário é dispor dos seus conhecimentos para propor e/ou aprimorar ações que auxiliem nesse desenvolvimento, entretanto jamais ignorando os saberes e a autonomia da comunidade. Mais do que uma orientação ética, a legitimação dessa autonomia é um dos fatores decisivos para o sucesso de qualquer política pública, apontando para métodos mais

¹¹ Mais informações sobre como essas características da pobreza aparecem na realidade brasileira, comparativamente a outros países, podem ser obtidas no estudo de Feres e Villatoro (2013).

adequados à intervenção (HÖFLING, 2001). Evita-se, assim, recair num tipo exclusão epistemológica, aquela que subordina, marginaliza ou torna ilegais práticas comunitárias que não estão de acordo com as práticas prescritas por outros grupos sociais (SANTOS, 1996; GUARESCHI, 2014).

Um dos papéis do orientador comunitário seria, então, favorecer o empoderamento das comunidades na busca de seu crescimento e garantia de direitos. Eis um exemplo de atuação que convoca um respeito à autonomia do outro, uma dialogicidade entre o profissional que intervém na comunidade e os saberes evocados pela própria comunidade. Nela, os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, ao invés de tentarem impor um ao outro as convicções que compõem suas diferentes visões de mundo (FREIRE, 1996; ASSMANN, 2012).

Diante dessas e de outras discussões, algumas sugeridas pelos alunos, outras identificadas pelos professores e supervisora como importantes de serem contempladas na formação, foi possível repensar algumas ideias até então cristalizadas sobre o que é um trabalho com comunidades. As discussões esclareciam, mas também suscitavam novas dúvidas.

Diante de uma possibilidade de atuação vasta e diversificada, foi inevitável o questionamento dos alunos, trazido em diferentes momentos do curso: onde e como poderemos então trabalhar com isso? Os professores apontavam diferentes perspectivas, ampliando a visão sobre o trabalho do orientador comunitário, porém gerando uma grande ansiedade sobre o que poderia ser feito de concreto com tudo aquilo. Muitos alunos foram atraídos pelo teor social do curso, muitos deles já envolvidos com movimentos sociais ou trabalhando no setor público. Entretanto, carregavam consigo a dúvida sobre se conseguiriam emprego após a formação, e sobre quais eram as especificidades do trabalho do orientador comunitário.

Tal preocupação reflete o fato do curso ser ainda novo no país, havendo poucos concursos ou ofertas de emprego específicas para esse profissional. Existem sim possibilidades de atuações transversais, onde o orientador comunitário candidata-se a vagas em concursos onde outros técnicos e profissionais com formação no campo social podem atuar. Compreendemos que ainda será necessário um longo caminho para legitimar esse profissional no mercado de trabalho, uma caminho para que ele seja reconhecido em todos os seus diferenciais. Dentre esses diferenciais, podemos citar um olhar teórico específico para o trabalho com impactos na vida comunitária, mas também uma formação prática que contemple proposições de projetos e efetivação de ações que

contribuam positivamente para o desenvolvimento e emancipação das comunidades e seus membros.

3.2 Olhar docente

As discussões em sala de aula, a teoria a embasar o curso e as atividades práticas deveriam estabelecer uma coerência entre si acerca do trabalho do orientador comunitário. Uma das premissas fundamentais a nortear todas essas esferas da formação era a certeza de que trabalhar com comunidades é muito diferente de assistencialismo; este, vitimiza e infantiliza os membros da comunidade, gerando imobilismo e dependência do técnico que ali atua.

A todo momento, era preciso renovar essa certeza – nos alunos e na equipe responsável pela formação. Isso me lembra um interessante diálogo com um dos candidatos a professor do curso, numa entrevista de seleção:

Supervisora: Você já trabalhou com comunidades antes?

Candidato: Sim, trabalho na Paróquia da qual faço parte.

Supervisora: E como é o trabalho que você faz lá?

Candidato: É um trabalho com velhinhos, acho importante ajudar eles. Aliás, acho muito lindo existir um curso que trabalhe com isso.

Supervisora: Como assim?

Candidato: Acho bonito ter um curso que ensine as pessoas a serem boas com as outras sem esperar muito em troca. Ensinar os outros a serem melhores, ajudar, mesmo que não ganhem nada com isso.

Sem ter a pretensão de desqualificar o candidato, que tinha uma boa formação acadêmica e visões interessantes sobre outros assuntos, esse discurso reúne algumas ideias muito comuns que apareceram nessa e em outras entrevistas. Aqui, percebemos que o trabalho social se confunde com um trabalho assistencialista, onde é preciso “ensinar” e “ajudar”, onde o outro é incapaz produzir suas próprias ideias e estratégias de intervenção. Os sujeitos dos outros grupos sociais (em geral, vistos como grupos pobres ou fragilizados de algum modo) são vistos como aqueles que devem aprender e seguir passivamente as instruções que lhes são transmitidas. O trabalhador dessa área, por sua vez, é desqualificado em sua atuação profissional, sendo aquele que não deve “esperar muito em troca” – nem um salário digno, nem condições seguras de trabalho, nem investimentos em sua requalificação etc.

Tivemos sorte de encontrar profissionais com uma visão diferente. Os professores do curso tinham formações diversas: História, Serviço Social, Psicologia, Antropologia, dentre outras. Esses diferentes olhares contribuíram para ampliar os horizontes sobre o que pode fazer um orientador comunitário. Além da capacitação acadêmica, todos os docentes também tinham experiências práticas com projetos comunitários, o que auxiliou os alunos em suas dúvidas sobre as repercussões concretas da formação.

Além das propostas presentes na matriz curricular do curso, houve uma interessante integração com outros eventos da vida dos alunos. Assim, os protestos contra a Copa foram tema das aulas de Movimentos Sociais e Psicologia Social; a crise econômica do país foi integrada aos conhecimentos sobre Políticas de Geração de Emprego, Trabalho e Renda; a discussão entre um aluno da turma e a cantineira da escola foi abordada para tratar o que é, efetivamente, a luta pela garantia de direitos e algumas possíveis formas de realizá-la. Muitos outros exemplos contribuíram para articular os conhecimentos adquiridos e a vida social como um todo, tratando os conteúdos do curso de modo interdisciplinar e vivencial. Além das aulas expositivas, foram realizados seminários, dinâmicas de grupo, visitas técnicas etc., atividades dentro e fora da sala de aula, com o objetivo de favorecer a integração de conhecimentos.

Percebemos que as visitas técnicas motivavam os alunos a interagir com profissionais de diferentes contextos, interpelando-os sobre a teoria e a prática do trabalho social que realizavam. Entretanto, outras estratégias adotadas – estas, dentro de sala de aula, se mostraram muito importantes para sensibilizar os alunos sobre temas relevantes à formação. Filmes ajudavam a discutir temas relacionados ao preconceito, o debate político auxiliava a pensar sobre processo eleitoral e democracia. Através de seminários, relatórios, projetos e outras atividades produzidas pelos próprios alunos, a autonomia e o respeito às diferentes visões sobre um mesmo tema eram exercitados na prática. Desse modo, o formação se construía paulatinamente, também a partir das proposições dos próprios alunos.

Apesar desse relato, houve também grandes dificuldades, momentos de discordância e tensão. Acompanhemos alguns desses desafios.

3.3 Conflitos

Logo nas aulas iniciais, os alunos apresentaram uma grande questão: o horário das aulas. Segundo o cronograma do curso, esse deveria ocorrer em 4 horas diárias, das 18:00h às 22:00h. Entretanto, muito alunos que trabalham relataram a dificuldade de

chegar à Escola às 18:00h. Caso o horário fosse mantido, certamente ocorreriam muitas evasões. Para viabilizar a continuidade da formação, a turma concordou em manter apenas 3 horas de aulas diárias, entre 19:00h e 22:00h. Embora todos tenham concordado com a mudança, nem todos estavam satisfeitos com tal decisão. Sendo uma turma composta por pessoas de diferentes faixas etárias e vivenciando diferentes etapas da vida (faculdade, trabalho etc.), houve grande tensão entre aqueles que não concordavam em estender o curso mais alguns meses; devido a suas outras atividades, essa alteração traria prejuízos em outros campos.

Uma alternativa para o impasse foi manter as 3 horas diárias de aulas e ter 4 horas de aulas a mais aos sábados. Os sábados letivos ocorreram durante seis meses, sendo que os próprios alunos pediram depois a não continuidade das aulas neste dia (uma decisão unânime dessa vez). Em outra situação, alguns eram favoráveis a não ter férias, outros queriam um período de descanso. Apesar de respeitar o calendário das férias escolares nos dois primeiros semestres do curso, depois a turma votou por apenas duas semanas de parada entre um semestre e outro.

Compreendemos que essas negociações foram necessárias para contemplar diferentes necessidades e evitar que os alunos abandonassem a formação pela incompatibilidade entre o horário das aulas e suas outras atividades. Entretanto, conforme mencionado, nem sempre isso ocorreu sem uma dose de discordância e tensão. É importante ressaltar que também esse tipo de situação propiciou aos estudantes vivenciarem situações de conflitos e possíveis formas de negociação para que possam chegar a soluções, antecipando desafios semelhantes que poderão ocorrer junto às comunidades durante a prática profissional.

A propósito dos índices de evasão, conforme já anunciado, registramos dois abandonos do curso após ele ter iniciado. Estas e as outras evasões anteriores estão de acordo com o que apontam estudos recentes sobre os principais motivos de evasão nos cursos do Pronatec¹²: a dificuldade em conciliar o horário de trabalho com o horário das aulas, principalmente nos casos em que os alunos encontram um emprego após o início do curso.

No caso do Orientação Comunitária em Betim, essa e outras situações causaram evasão, mas houve também situações em que pudemos trazer o aluno de volta às aulas sem configurar abandono do curso. Isso ocorreu graças ao acompanhamento feito pala

¹² Com destaque aos estudos desenvolvidos por Trogiane, Pereira, Campos e Medina (2012); Franco, Gandolfi e Gandolfi (2014); Silva, Pimentel e Finardi (2014).

supervisora, professores e equipe de apoio. Num trabalho conjunto, foi possível identificar os alunos infrequentes no início de suas ausências, contatá-los e tentar encontrar, junto com eles, alternativas para dar continuidade à formação (se isso fosse do interesse deles, é claro). Assim, pudemos evitar que o número de evadidos fosse maior, conhecendo também as diferentes realidades e necessidades dos alunos – alguns numa situação socioeconômica delicada, que os impelia a preferir o trabalho ao curso, outros com situações familiares e pessoais que precisariam ser resolvidas para que então pudessem voltar às aulas. Essas necessidades não poderiam ser ignoradas.

Hoje, o Técnico em Orientação Comunitária do Coltec está finalizando suas últimas disciplinas teóricas. Novos desafios agora são vislumbrados com a proximidade das práticas em Estágio. Foram escolhidas diferentes áreas de atuação pelos alunos, que receberão uma supervisão semanal em sala de aula sobre suas práticas. Em meio à grande ansiedade de partir ao campo de atuação, de vivenciar o trabalho de campo, ficam as primeiras impressões do caminho trilhado: não perfeito, cheio de desafios, mas também de grandes aprendizados.

4 O Inacabamento Como Conclusão

Este breve relato não teve pretensão de esgotar todas as etapas de construção do Técnico em Orientação Comunitária. O intuito foi, antes, o de incitar uma discussão acerca desse processo que contribuiu para a construção do curso, um processo necessariamente inacabado.

Percebemos o grande perigo de propor uma formação que não permitisse mudanças. Ao invés disso, muitas mudanças foram exigidas - pelos temas abordados no curso, pelos seus alunos e pela novidade da experiência de um curso da área social no Coltec. Toda essa jornada exigiu abertura e flexibilidade, ao lado de um cuidado constante para manter a qualidade da formação e as orientações curriculares oferecidas pelo Ministério da Educação para esse tipo de curso.

Deparamo-nos com grandes desafios, muitos deles fruto de tensões e discordâncias entre os atores envolvidos (alunos, equipe técnica do curso etc.). Entretanto, o desejo de criar um espaço de formação favorável ao aprendizado, contemplando as diferentes necessidades dos alunos, favoreceu a criação de uma atmosfera de diálogo constante. O objetivo era fazer com que os alunos pudessem continuar frequentando a formação, porém não apenas. Era preciso manter a motivação nos estudos, ao lado de um olhar crítico acerca dos temas abordados. Isso nos exigiu

empenho para pensar em métodos para aproximar os alunos das temáticas trabalhadas em sala de aula, já vislumbrando a atuação concreta com sujeitos e suas vidas em comunidade.

Esperamos que o relato dessa experiência funcione como uma possibilidade de interlocução com aqueles interessados em também compartilhar suas experiências, num processo de aprendizado mútuo, visando o aprimoramento de ações. Também é do nosso desejo que o Curso Técnico em Orientação Comunitária expanda suas vagas para muito além do Pronatec, dada a relevância de sua atuação na realidade brasileira.

Percebemos que os obstáculos encontrados pelo caminho nos impulsionaram a repensar a formação e melhores formas de oferecê-la. Julgamos que ainda não estamos prontos, que ainda há muito a aperfeiçoar e aprender. Fica ao menos a certeza de que nosso lugar não é o de uma escola responsável por transmitir conhecimentos, mas sim de um espaço de troca de conhecimentos, onde ambos aprendem (instituição, alunos, professores, apoios etc.). Do mútuo aprendizado, emerge uma formação empenhada em formar profissionais competentes em sua técnica, mas também em sua capacidade constante de requalificar e de se colocar à disposição dos aprendizados que emergem do exercício profissional. Ao final, todos se beneficiam: o profissional e a sociedade.

Figura 1 - Turma do Curso Técnico em Orientação Comunitária (Betim, abril de 2014)



Fonte: As autoras, 2014.

Referências

ASSMANN, H. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca da segurança no mundo atual**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n.º 12.513 de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 de outubro de 2011. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12513-26-outubro-2011-611700-normaatualizada-pl.pdf>

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. Programa **Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

COSTA, R. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais e inteligência coletiva. **Interface**, Perdizes, v. 9, n. 17, p. 235-48, mar.-ago. 2005.

FRANCO, J. C. M.; GANDOLFI, P. E.; GANDOLFI, M. R. C. Principais fatores da evasão do Programa de Qualificação Profissional Pronatec Senac/Ituiutaba – MG. In: XXVIII Encontro da ANPAD. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

FERES, J. C.; VILLATORO, P. A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, n.15. 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUARESCHI, P. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 143-157.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano XXI, n. 55, nov. 2001.

HORTA, C. R.; AUGUSTO, R. **Globalização, trabalho e desemprego: um enfoque internacional**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Catálogo nacional dos cursos técnicos**. Brasília: MEC, 2012.

PAUL, S. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1988.

SANTOS, B. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Campinas: Cortez, 1996.

SERRA, R. A política pública de emprego, trabalho e renda – sentido e repercussões sociais. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 16, n. 2, p. 87-109, jul.-dez. 2010.

SILVA, C. R.; PIMENTEL, B. R.; FINARDI, K. R. Refletindo sobre a evasão em um curso técnico do Pronatec. **Unopar Científica: Ciências Humanas e Educação**, v. 15, n. 3, p. 239-247, out. 2014

TROGIANI, T. R.; PEREIRA, L. V.; CAMPOS, L. H.; MEDINA, M. A. L. **Desafios para a implementação do Programa Pronatec/Osasco Sem Miséria**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo – SP.

VIEIRA, M. M. G. **A globalização e as relações de trabalho**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005.